

## **Os paradoxos entre o poder e a liberdade: Da autoridade eclesiástica a sociedade moderna**

### **Introdução**

O paradoxo entre o poder e a liberdade existe desde o princípio das relações entre os homens, desde a formação das primeiras organizações sociais já existia o líder e os liderados, o mandatário e os servos, o poder e a submissão. No entanto, esses vínculos sociais não são nenhum luxo do passado, encontraremos a equação “Liberdade x Servidão” cada vez mais presente em nossas relações do dia-a-dia.

Apesar deste tema atravessar os séculos, o sentido de liberdade e poder são marcados de forma diferente em cada etapa do tempo. Perceberemos também que a concepção de liberdade é multiforme, depende de cada indivíduo. As reflexões sobre este assunto vêm desde antes da Era Cristã, quando Platão (428/427 – 348/347 a.C) e Sócrates (469 – 399 a.C) filosofavam na ágora grega.

De acordo com o pensamento agostiniano, o homem vive em constante conflito, o que o leva a ter a liberdade de transformação, podendo mudar a si mesmo a qualquer momento. Para Agostinho a liberdade e a política acontecem no mesmo processo de tempo, ou seja, se levarmos em consideração que a política e o poder são inseparáveis, conforme o aforismo maquiavélico, veremos que mesmo em Agostinho o poder e a liberdade já aparecem juntos.

O atual sistema social, regulamentado por um Estado Secular (na maior parte dos países), após a reforma protestante do século XVI, inicia uma série de questionamentos em relação a liberdade do indivíduo, que até então não eram discutidos devido a imposição dogmática do Estado Eclesiástico, que era regulado por princípios religiosos e pela fé, obstando da ciência e da razão. Para fazer uma releitura deste período histórico precisaríamos discutir a fundo a formação da doutrina católica, desde o Império Romano até os papados e as suas cruzadas, passando pelo início da ciência moderna e os fundamentos gerais do Estado, entretanto, o nosso objetivo neste artigo é tratar da linha invisível que separa um homem da sua liberdade, nos levando ao seguinte questionamento: o que nos domina e o por que nos deixamos dominar? Para responder essas e outras perguntas, exploraremos tanto a literatura clássica, quanto a antiga, contando pequenos trechos da história e confrontando autores.

## A importância da Reforma Protestante

A reforma protestante foi um movimento reformista cristão iniciado no século XVI, no ano de 1520, por Martin Lutero.<sup>1</sup> Lutero foi um monge agostiniano alemão, nascido na cidade de Eisleben, capital do distrito de Mansfelder, no Estado da Saxônia-Anhalt e viria a ser excolmuçado pelo papado em 1521. O objetivo de Lutero era reformar a Igreja Católica da época, por não concordar com diversos pontos de sua doutrina, como por exemplo, os abusos causados pela “venda” de indulgências.<sup>2</sup>

Lutero, com sua revolta contra o paganismo da Igreja Católica da época, iniciou a reforma protestante escrevendo 95 teses que questionavam desde o objetivo das indulgências e da absolvição do pecado, até o poder e a autoridade do Papa.<sup>3</sup> Argucioso, o monge agostiniano sabia que não podia fazer o seu movimento só, então, conquistou aliados do poder secular. *Desde o começo de sua trajetória como reformador, Lutero esteve atento aos governantes seculares para impulsionar ou consolidar suas reformas.*<sup>4</sup>

As posições luteranas fariam nascer a concepção de Estado Moderno, não salvo dos dogmas e da fé protestante, mas, rompido com o Estado Eclesiástico imposto pelo catolicismo até aquele momento. Os valores luteranos reforçaram a idéia de livre-arbítrio, e de salvação interior e individual, quebrando paradigmas como o do pecado, da moral católica e das indulgências. Não podemos esquecer que um dos atos mais corajosos de Lutero foi também a tradução da bíblia sagrada do latim para o alemão, tornando os evangelhos Cristãos acessíveis a toda a população, o que viria a desencadear uma séria de outras traduções dos textos sagrados.

A nova da concepção de Estado criada pelo movimento protestante impôs um novo código de ética social e uma nova autoridade civil a época. Criou também o que conhecemos como *liberdade Cristã*<sup>5</sup>. Lutero afirma que é impossível viver sem a presença de uma autoridade secular,<sup>6</sup> ou, a “espada” como ele mesmo dizia. Com a idéia

---

<sup>1</sup> LUTERO E CALVINO, Sobre a autoridade secular. Martins Fontes, São Paulo, 1995.

<sup>2</sup> Em 1517 o Papa Leão X ofereceu indulgências para aqueles que dessem esmolas para reconstruir a Basílica de São Pedro em Roma. O agressivo marketing de Johann Tetzel, um frade dominicano, delegado do Arcebispo de Mainz e do papa, em promover esta causa provocou Martinho Lutero a escrever suas 95 Teses. Lutero acreditava que dar esmolas seria uma boa ação, mas um ato semelhante à compra das indulgências e o perdão das penas temporais.

<sup>3</sup> VIANNA, A. M. Estudo Introdutório as 95 Teses de Martinho Lutero. Revista eletrônica Espaço Acadêmico, nº 34, março de 2004.

<sup>4</sup> LUTERO E CALVINO, Sobre a autoridade secular. Pág. 10, Martins Fontes, São Paulo, 1995.

<sup>5</sup> O Cristianismo deixa de ser uma só religião e passa a ser uma doutrina adotada por mais de uma igreja.

<sup>6</sup> ↑ Ref. 4. P. 26

de Estado Secular o homem passa a enxergar novos questionamentos e afirmações, tais como: Até onde se pode exercer a autoridade?; O Estado não pode interferir no indivíduo; Se a autoridade não existisse o indivíduo seria incapaz de exercer a liberdade política. Além de instituir valores jurídicos legítimos. Observaremos aqui, como em Maquiavel, o realismo político, ou seja, a capacidade de observar os movimentos sociais do mundo e transcrevê-los.

Este pequeno trecho da história nos remete a pensar o quanto era poderosa uma autoridade religiosa daquela época na Europa, que apesar de pregar e disseminar o Cristianismo, agia de forma controversa e autoritária, negando valores Cristãos como o do livre-arbítrio,<sup>7</sup> a salvação interior,<sup>8</sup> do amor entre os homens,<sup>9</sup> e que durante muitos séculos perseguiu e executou milhares de cientistas, filósofos, e qualquer um que negasse o poder dos reis ou do papado. Perceberemos então, que um ser humano investido de uma autoridade passa a ter mais poder sobre os demais, podendo, como no passado, ditar os valores que são certos e errados, o que pode ser feito e que não pode, limitando a liberdade de ação das pessoas, podendo até mesmo condená-la ou executá-la. Mas, vimos também que não é possível viver sem a autoridade de um Estado, e que o poder dele não pode ser nem absoluto e nem orientado por uma só religião.

### **O poder e a liberdade retratados na dramaturgia**

Poucos anos após a morte de Martin Lutero em 1546, nascia na cidade de Stratford-upon-Avon, situada no condado de Warwickshire ao sul de Birmingham, na Inglaterra, o maior dramaturgo de sua história, William Shakespeare. O dramaturgo inglês, de forma habilidosa e inteligente, retratava em suas peças e textos acontecimentos políticos da época. *Das 37 peças de Shakespeare, 22 tratam de temas políticos, a maioria de forma direta.*<sup>10</sup>

A obra de Shakespeare é viva até os dias de hoje, os contrastes de sentimentos, a retratação e a negação política, a arte e a transcrição da realidade, são traços de suas obras. Nas obras shakesperianas o poder é permanente (apesar de às vezes negar a política), mas, é somente na obra “A Tempestade” que se debate a questão da liberdade.

---

<sup>7</sup> Bíblia Sagrada: Gn 3 “foi Deus quem dotou o ser humano da livre-vontade”

<sup>8</sup> Bíblia Sagrada: Mt 9:22 “(...) Tem ânimo, filha, a tua fé te salvou”

<sup>9</sup> Bíblia Sagrada: Jo 15:12 “amai-vos uns aos outros como eu vos amei.”

<sup>10</sup> CHAIA, Miguel W. A natureza da política em Shakespeare e Maquiavel. Revista de Estudos Avançados, jan-abr/1995, Editora Instituto de Estudos Avançados, USP, São Paulo, 1995.

A seguir, discutiremos um pouco da história dessa peça, comparando com a sociedade em que vivemos.

“Próspero (a Ariel): Serás tão livre quanto o vento das montanhas. Mas debes seguir rigorosamente as minhas ordens.”<sup>11</sup>

Nesta frase, a relação entre poder e liberdade é clara. No contexto do diálogo, Próspero pergunta a Ariel o que ele deseja. O espírito do ar rapidamente responde que quer a sua liberdade, entretanto, de forma controladora, o ex-Duque de Milão posterga o sonho de liberdade do pequeno espírito, que continua preso e obedecendo aos seus desejos com o sonho de um dia ser livre. Trazendo a abordagem para os tempos atuais, a tática de postergação dos desejos e sonhos das pessoas em troca de seus serviços é um mecanismo muito utilizado nas relações de poder, mantendo a idéia de Shakespeare contemporânea e realista.

Outro personagem que busca a sua liberdade perante Próspero é Caliban, o escravo, mas, diferente de Ariel a sua relação com o ex-Duque de Milão é um quanto obscura. Ariel, em busca de sua liberdade, atende rapidamente os desejos de Próspero, enquanto Caliban estabelece uma relação motivada pela transgressão as regras estabelecidas por seu mandatário, para assim, sentir-se livre. Diante disso, perceberemos que Próspero se relaciona de forma diferente com os dois. Com Ariel, a relação é aparentemente “democrática”, enquanto com Caliban é coercitiva, a base de ameaças e da força.

Devemos parar e refletir sobre este último exemplo em comparação com as relações nos partidos políticos. Em toda instituição política existem diversos blocos de poder, para “sobreviver” é preciso saber movimentar-se em meio a eles, sem causar atrito ou abalo nas estruturas. O sonho de muitos membros, de qualquer partido político, é crescer, ganhar espaço e assim a sua liberdade política, podendo ser candidato, vencer uma eleição e conquistar o poder. Mas, para isso, ele acaba agindo como Caliban ou Ariel, criando o seu próprio grupo e transgredindo as regras e tradições conservadoras, ou alimentando os privilégios e desejos dos Prósperos, no fim, os dois buscam a mesma coisa.

---

<sup>11</sup> SHAKESPEARE, W. A Tempestade. Ed. Martin Claret. Ato I, Cena II, São Paulo, 2005.

No desenrolar da história, percebemos que Próspero busca a construção de uma “sociedade” ideal. Para a construção desse novo mundo, ele se torna um governante absolutista e controlador para que tudo saia conforme os seus desejos. É possível encontrar passagens onde ele despreza até mesmo os pedidos de pessoas de seu laço familiar, como a sua filha.

Uma sociedade dificilmente aceita o poder absoluto de um só homem ou de um pequeno grupo, esta afirmação pode ser encontrada no pensamento de diversos autores da área da sociologia, não diferente, o jovem dramaturgo inglês deixou isso registrado em sua peça “Júlio César”, com a famosa frase “Até tu, Brutos, meu filho!”. Essa frase foi proferida no dia 15 de março de 44 a.C, quando Caius Julius Caesar foi assassinado com 23 punhaladas, após uma conspiração dos senadores romanos e seu único filho adotivo, Brutos.

A conspiração contra César se iniciou quando o imperador romano, após muitas vitórias nos campos de batalha e a dissolução do primeiro triunvirato<sup>12</sup> de Roma, começou a ditar as regras do império sozinho, longe do senado, dos patrícios e dos aristocratas, que perderam muitos de seus privilégios.

Tratando-se da liberdade, perceberemos que o povo está sempre em busca de um nome para lhes guiar, com a morte de César e a comoção popular, o pouco tempo de mando dos conspiradores, surge o segundo triunvirato, formado por Octávio, Marco Antônio e Lépido, com as suas ambições e loucuras pessoais, e passam a dirigir o Império. Aqui iremos verificar uma contradição, o mesmo povo que anseia pela sua liberdade, também deseja um líder para tomar as decisões e guiar os seus passos.

Estas histórias nos remetem a exemplos de traição, poder, liberdade, ambição, glórias e derrotas. Percebemos que um posto vago logo é tomado por alguém, de tal modo, tornando o poder cíclico, e mostrando as múltiplas faces do homem, que oscilam entre o bem e do mal.

## **A liberdade e o poder na literatura contemporânea e alguns apontamentos históricos**

---

<sup>12</sup> O primeiro triunvirato foi um acordo secreto entre César, Pompeu e Crasso. Tendo este sido desfeito após a derrota de Crasso em Carrhae (53 a.C.), restavam dois líderes influentes, César e Pompeu; estando Pompeu no lado do Senado, este declarou César inimigo de Roma.

Para tratar do poder e da liberdade na literatura contemporânea,<sup>13</sup> discutiremos alguns autores como John Stuart Mill (1806 – 1873), Karl Marx (1818 – 1883), Jean Paul Sartre (1905 – 1980), Michel Foucault (1926 – 1984) e, ainda, outros autores de séculos anteriores, como Étienne de La Boétie (1530 – 1563), Thomas Hobbes (1588 – 1679) e John Locke (1632 – 1704). Com uma breve releitura desses autores, poderemos compreender melhor os movimentos sociais e as relações humanas no atual campo do poder e da liberdade. É fato que existem outros articulistas renomados, como Max Weber, Jean Bodin, Montesquieu, Pierre Bourdieu, e por isso, utilizaremos outros pensadores quando necessário.

No campo da liberdade encontraremos o liberalismo, que é uma doutrina baseada principalmente na liberdade individual, no direito a propriedade privada, no estado de direito ou cumprimento das leis, no livre comércio ou capitalismo, e na tolerância entre os homens. Um escritor que trás bons traços liberais em suas obras é o filósofo inglês, Thomas Hobbes.

Para Hobbes, o homem tem poder absoluto sobre as suas ações, e ao mesmo tempo não faz ao próximo o que não quer para si mesmo. Para ele o poder é visto de forma indestrutível e o Estado nasce para regular a sociabilização entre os homens, pois, sem ele tudo se transformaria em conflito ou guerra. Nasce então um novo pacto social, onde o homem pactua pelo medo, e a criação do Estado se justifica também pelo medo de morrer. Com uma sociedade regulamentada por um governo, a morte violenta passaria a ser mensurável, limitável e evitável.

Segundo Hobbes, o Estado é um grande ser artificial, nada mais que um reflexo do homem. Para reforçar esta idéia, traremos uma célebre frase do filósofo francês, Joseph de Maistre, que disse: “Cada povo tem o governo que merece”, ou seja, numa democracia escolhemos o representante que mais se aproxima dos nossos costumes, valores e idéias, e por isso, o Estado é um grande ser artificial, articulado por instituições públicas. Exemplificaremos isso com um pouco da história do Brasil, para compreendermos e justificarmos as “raízes dos valores brasileiros x o Estado corrupto” que possuímos.

Para compreendermos o “jeito de ser” do brasileiro teremos que recorrer ao passado, principalmente ao período colonial escravista (1500 – 1889). O Brasil foi colônia de Portugal durante 322 anos, o que modelou muitos aspectos culturais e do

---

<sup>13</sup> A idade contemporânea é o período específico atual da história do mundo ocidental, iniciado a partir da Revolução Francesa (1789 d.C.).

caráter do brasileiro. Este período foi marcado pela extração do máximo de riquezas da colônia brasileira; acumulação primitiva de capital para Lisboa; estilo autocrático de poder; uso de mão-de-obra escrava como base operacional do trabalho; desprezo ao valor do trabalho e idealização do empreendedor aventureiro.<sup>14</sup>

A colonização portuguesa<sup>15</sup> caracterizou-se pela exploração das riquezas naturais e não pelo povoamento das terras descobertas, com o intuito de permanência e de construção das terras,<sup>16</sup> isso, somado a crise de identidade dos primeiros brasileiros, advinda das matrizes étnicas peculiares entre portugueses, índios e escravos, leva-nos a compreender a falta de nacionalismo ou amor a pátria dos brasileiros, o que acarreta problemas para a construção de um Estado-nação<sup>17</sup> e o desenvolvimento. Do outro lado temos as influências culturais que esta matriz étnica nos deixou de herança, tais como: alimentação, idioma e costumes.

A mistura de raças aqui ocorrida não esconde a sociedade hierarquizada imposta pelo colonizador às outras etnias.<sup>18</sup> Para tratarmos da hierarquização e do personalismo da sociedade brasileira, nos basearemos no trabalho escravo, que era fundamentado no binômio: mercadoria / ferramenta de produção. Para um ser humano ser caracterizado como escravo significa que ele tem um dono. Os valores dos donos do poder escravocrata acentuaram os traços de hierarquização e de personalismo na cultura brasileira. O modo de administrar o trabalho escravo fundamentava-se na violência, na opressão, e na intimidação, o que nos remete a pensar no nosso sistema administrativo empresarial e preconceitos do cotidiano. As tradicionais famílias, donas de fazendas e engenhos, colocavam-se como a “corte” ou “nata” da sociedade, posicionamento que reflete até hoje o descumprimento das leis, onde pesa mais a vontade e a palavra de um indivíduo “especial” do que os princípios constitucionais, nos afastando da consolidação de um Estado de Direito.

---

<sup>14</sup> NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. Teoria geral da administração para o século XXI. Ed. Ática, p. 251:252. São Paulo, 2007.

<sup>15</sup> O povo português já tinha como característica étnica a mistura de raças, assim, muitos dos portugueses eram mestiços. Fator que reforça a falta de identidade com uma nação e a ausência do espírito nacionalista.

<sup>16</sup> CALDAS, Miguel P., WOOD Jr., Thomaz (1996). Para inglês ver: importação de tecnologia gerencial no Brasil. In: *Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira*. P. 31. São Paulo: Atlas.

<sup>17</sup> Entende-se por *Estado-nação* quando um território delimitado é composto por um governo e uma população de composição étnico-cultural coesa, quase homogênea, sendo esse governo produto dessa mesma composição.

<sup>18</sup> ↑ Ref 16. P. 32

Outra característica encontrada na sociedade brasileira é o distanciamento do poder, que também advém da relação entre Casa Grande e Senzala. Diferente da maioria dos países desenvolvidos, mas obstante das questões de subdesenvolvimento, o brasileiro tende a julgar-se com direitos especiais, que o eximem de sujeitar-se à lei de caráter generalizante. Um traço autoritário, que impõe sua condição de “especial” e habilitado. Daí podemos refletir sobre expressões corriqueiras do nosso dia-a-dia do tipo: “Você sabe com quem está falando?” ou “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Como vimos antes, o povo está sempre em busca de um representante, e tratando-se ainda da herança colonial, poderemos destacar a necessidade de dependência do brasileiro, que nutre a sua postura de espectador, sempre dependente de algo ou de alguém que o leve e o conduza. Traços que advém das posturas paternalistas e autoritárias dos colonizadores. Mas, esta relação entre servos e mandatários (ou contemporaneamente “líderes”), a necessidade de ser guiado ou conduzido, pode ser encontrada também em textos de autores europeus, que fazem análise entre poder e liberdade, como na obra de La Boétie em “O discurso da servidão voluntária”, que será mais explorada ao longo do texto.

Mais uma importante característica encontrada no povo brasileiro, que não podemos deixar de citar para compreender o evolucionismo organizacional, é o “jeitinho brasileiro”, que do ponto de vista deste autor é um dos principais causadores de problemas, agravando o descumprimento das regras, leis e a corrupção, assunto internacionalmente debatido, que se sabe que tem o poder de “resolver” as coisas. Como colocam Caldas e Wood Jr., aqui podemos ter duas interpretações para este tema: por um lado, pode significar favorecimento; por outro, pode ser visto como uma forma de sobreviver ao cotidiano, um verdadeiro instrumento de resistência cultural. No Brasil não há simplesmente o pode e não pode, há também o jeitinho, seja nas atitudes dos cidadãos ou das autoridades públicas.

Nos estudos organizacionais, precisamos destacar o *formalismo*, que é uma característica que mostra que somos consideravelmente abertos a modelos estrangeiros, entretanto, a eles nos submetemos somente à forma. O brasileiro admira o estrangeiro, o internacional, o “made in” algum lugar que não seja o Brasil. Tratando-se de dar forma, perceberemos que o implícito neste assunto é a intenção de criar uma realidade ilusória para provocar algum efeito diante de alguém que respeitamos ou tememos. Somando

uma coisa com a outra, transcreveremos uma breve história contada no início do texto de Caldas e Wood Jr..

“Em uma visita de monarcas ingleses ao Brasil em meados deste século, a cidade de São Paulo foi palco de um curioso acontecimento. Preocupados com a impressão que provocariam a cidade e seu povo em tão exigentes olhos, os organizadores da visita não tiveram dúvidas: mandaram pintar a grama de uma praça onde os visitantes passariam com tinta verde do tom mais primaveril disponível.”<sup>19</sup>

Assim, percebemos a importância de compreender característica de nosso passado para entendermos o presente e construirmos o futuro. Muitas das raízes culturais do Brasil nos remetem ao período colonial, mas, precisamos considerar ainda importantes períodos da história brasileira, como a revolução industrial, o liberalismo econômico, os governos militares e a redemocratização do país juntamente com a abertura das fronteiras econômicas. Só assim poderemos ter noção do ambiente em que estamos introduzidos, mas, para este trabalho não teremos condições de discutir a fundo cada um dos temas listados, entretanto, observaremos e relacionaremos-los na abordagem a seguir, sobre a formação e a criação de redes sociais, constituindo o que conhecemos por gestão social.

Após este breve resgate histórico do Brasil, concluiremos de forma sintética o pensamento hobbesiano. Para o nosso filósofo inglês, a liberdade é ausência de impedimentos, é o poder que o indivíduo tem de movimentar-se através de sensações. Seguindo sua argumentação, a liberdade é gozada a sombra da lei, e o homem tem o poder de execução independente de leis ou normas, entretanto, esse pensamento afasta um pouco o nosso autor do pensamento liberal, que visa o cumprimento das regras e das leis, como reforça Locke ao dizer que a lei proporciona a liberdade.

Para alguns autores, como o Maquiavel e Hobbes, o poder é indestrutível, mas, quem advoga contra esta idéia é o humanista francês Etienne de La Boétie, que trás em uma de suas maiores obras a idéia de poder destrutível. Para ele, os poderes são múltiplos e divididos em campos. Como todo animal, o poder também precisa de alimento para sobreviver, La Boétie coloca que quem o alimenta é a servidão, e se esta alimentação for cessada, o poder do mandatário morre. Num exemplo prático

---

<sup>19</sup> CALDAS, Miguel P., WOOD Jr., Thomaz (1996). Para inglês ver: importação de tecnologia gerencial no Brasil. In: *Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira*. P. 27. São Paulo: Atlas.

poderíamos ilustrar com a figura de um líder, se todos deixarem de segui-lo e servi-lo, o seu poder é destruído. Assim, perceberemos que a servidão é algo voluntário e que o poder e a liberdade estão sempre conectados. A natureza de todos os homens é de ser livre, e é sempre possível reavivar este sentimento. A servidão parte do interno para o coletivo, nasce no individual e vai para o relacional. Basta querer ser livre para não ser mais servo.

Como na física, na vida humana toda ação resulta numa reação, a decorrência dessa equação muitas vezes é o incerto, o que leva os indivíduos a viverem angustiados pelas incertezas advindas de suas atitudes. Isso é a base do pensamento liberal de Jean Paul Sartre, escritor francês, conhecido como representante do existencialismo. Para Sartre, vivemos no reino da angustia, pois, estamos condenados a ser livres. A angustia advém da variância do tempo (uma escolha pode deixar você mais longe ou mais próximo de um objetivo).

Segundo o escritor francês, o ser vem do nada, não há nada antes da nossa existência, construímos o nosso futuro e as relações a partir do momento da vida. O homem é livre para escolher (seja pela racionalidade ou pela paixão), assim, se auto-determina no tempo, o que nega os valores da pré-destinação da doutrina protestante. Por isso, precisamos dar propósito a vida, significado as escolhas. No pensamento sartreniano, as escolhas podem ser feitas sobre três dimensões: estética, ética e religiosa.

A negação da liberdade é cometida quando nos enganamos ou agimos de má fé, que para Sartre, significa assumir a ética do outro (valores religiosos, sociais, moral...), deixando de ser uma escolha interior e subjetiva. Viver na fé é um refugio para aqueles que não querem fazer suas próprias escolhas, podendo viver de forma tranquila através das leis. As histórias se diferenciam de pessoa para pessoa, pois, cada ser constrói a sua própria trajetória. O mundo é determinado pela individualidade de cada pessoa.

As inovações no campo liberal partiram de diversos filósofos, como o economista e filósofo inglês, Stuart Mill. Considerado radical para sua época, Mill rompeu com diversos valores conservadores da sociedade inglesa de sua época com o utilitarismo<sup>20</sup>, que trás os seguintes pontos: 1) Novo pacto social: indivíduo perante a sociedade / instituições; 2) Felicidade individual; 3) Liberdade composta de adjetivos, como por exemplo a liberdade religiosa, a liberdade de ir e vir, a liberdade de expressão, etc; 4) Heterogenismo social, a diferença de classes; 5) Busca de conquistas frente a

---

<sup>20</sup> Em Filosofia, o utilitarismo é uma doutrina ética que prescreve a ação (ou inação) de forma a otimizar o bem-estar do conjunto dos seres sencientes.

sociedade e o Estado; 6) Diminuição do Estado; 7) Medo das massas, a tirania da maioria.

Neste último ponto, Mill se preocupa com a homogeneidade, pois, ela desconsidera as opiniões individuais. Daí surge também a preocupação com a educação coletiva, que segundo o filósofo inglês, deve ficar a cargo do Estado, para educar as massas e evitar os problemas que, se deseducada, pode causar. Tocqueville reforça essa argumentação ao dizer que existem perigos na democracia e que a sociedade pode causar a sua própria destruição.

Para Mill, a liberdade vai até onde não atrapalha a do seu próximo. Segundo ele, existem dois limites para a formação do indivíduo, o Estado e a sociedade. Seu pensamento vai contra Estados absolutistas, e reforça esta idéia no campo econômico, dizendo que quanto mais livre o povo, maior a sua capacidade de se auto-mover.

Centrado nas transformações sociais, teremos o pensamento de Karl Marx, que diferente dos liberais trazidos neste artigo, acredita na vida e na doutrina socialista. Para ele, o capitalismo é um processo cego, que desestrutura a sociabilidade e se faz perder o sentido de liberdade.

No pensamento social, encontraremos princípios como a divisão do trabalho, a união do homem com a natureza e a união dos homens, criticando a diferença de classes, e a separação entre os homens e a natureza que o capitalismo ocasiona. Segundo Marx, numa sociedade capitalista, as pessoas são dominadas e controladas por objetos de valor e coisas que a sociedade nos “obriga” a possuir.

Já nos autores mais contemporâneos, encontraremos Michel Foucault, professor e filósofo francês. Aqui, iremos nos ater a uma das suas mais brilhantes e conhecidas obras, a “Microfísica do Poder”. Para ele o exercício do poder se dá entre os limites do direito de soberania e um mecanismo de disciplina.

Para introduzirmos o assunto discutiremos o “como” do poder, baseado em dois pontos de referência. Para o autor, existem dois limites nesta temática: “por um lado, as regras do direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e que por sua vez reproduzem-no. Um triângulo portanto: poder, direito e verdade”. Assim, teremos uma tríade entre as noções de poder, de direito e de verdade, a qual é para Foucault o campo dos mecanismos do poder soberano e do poder disciplinar

Nesta obra, Foucault não teve o objetivo de debater as formas comuns e legítimas no centro do poder, mas sim de compreender as suas capilaridades. Segundo

ele, não devemos analisar o poder no plano da intenção ou da decisão, não tentar abordá-lo pelo lado interno. Neste mesmo tema, outro ponto importante é o de “não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos”.

O autor reflete ainda sobre a obrigação social que existe entorno de se expressar a verdade. “Somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou encontrá-la. O poder não para nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade...”. Diante disso, numa breve observação social veremos a veracidade deste pensamento, pois, por exemplo, cada vez as organizações como um todo criam mecanismos de registros de tudo que os funcionários fazem, desde o acesso a internet e rastreamento de e-mails, até o ponto de presença para registrar os seus horários de entrada, almoço, e saída. Assim, veremos que a tecnologia passa a ser uma aliada do campo da disciplina e do controle. Porém, tratando-se da verdade, deve-se tomar cuidado com a máxima de Goebbels, que dizia “uma mentira repetida mil vezes torna-se uma verdade.”.

Para Foucault, a disciplina é um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente se apóia no princípio, que representa simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina. Trazendo para outro pensamento literário, veremos que a tese de Hannah Arendt, que diz que a vida humana é controlada pela necessidade, é factível.

Antes de tratarmos do assunto “soberania”, buscaremos uma definição para compreender o assunto. De acordo com Jean Bodin, soberania refere-se à entidade que não conhece superior na ordem externa nem igual na ordem interna. O autor recusa a idéia de que ela está baseada nas leis e nos regulamentos, pois, como ele mesmo coloca o personagem central de todo edifício jurídico ocidental é o rei, assim, o sistema do direito, o campo judiciário são canais permanentes de relações de dominação e técnicas de sujeição polimorfos. Para ele os problemas a que a teoria da soberania se referia

diziam respeito realmente à mecânica geral do poder, à maneira como este se exercia, desde os níveis mais altos até os mais baixos. Em outras palavras, a relação de soberania, quer no sentido mais amplo quer no restrito, recobria a totalidade do corpo social.

A relação entre soberania e disciplina fala que temos, portanto, nas sociedades modernas, a partir do século XIX até hoje, por um lado, uma legislação, um discurso e uma organização do direito público articulados em torno do princípio do corpo social e de delegação de poder; e por outro, um sistema minucioso de coerções disciplinares que garantam efetivamente a coesão deste mesmo corpo social.

Vemos então que é dentro dos limites entre direito de soberania e mecanismos de disciplina que se dá o exercício do poder. Para Foucault a solução era na luta contra o poder disciplinar, não é em direção do velho direito de soberania que se deve marchar, mas na direção de um novo direito antidisciplinar e, ao mesmo tempo, liberado do princípio de soberania.

## **Conclusão**

O homem, por sua natureza e espírito de liberdade vive em constante conflito. O conflito por sua vez é uma das provas de que um indivíduo é livre para escolher. Assim, percebemos que o conflito é e sempre será inevitável nas relações humanas.

Vimos que a liberdade do homem é moderada pela sociedade e pelo Estado e, cada vez mais se debate pelo mundo qual deve ser o tamanho do Estado, o quanto ele deve influenciar na vida das pessoas, até que ponto uma lei é injusta ou justa. Tratar da justiça das leis é resgatar a obra “Espírito das Leis” de Montesquieu, grande pensador do movimento iluminista, que rompeu com paradigmas de sua época, onde a literatura tratava unicamente da realidade européia, lançando mão e estabelecendo novos parâmetros para o mundo. Antes de se criar uma lei, é preciso considerar as mais diferentes variáveis de uma determinada localidade: cultura, crenças, religião, clima, território, densidade demográfica, questões ambientais, dentre outras.

O Estado Secular é uma importante realidade, que beneficia a vida de todas as pessoas, evitando preconceitos e privilégios. No Brasil, o Estado laico é uma realidade mais na teoria do que na prática, pois, se observamos os prédios públicos, que deveriam ser livres de qualquer material religioso, encontramos diversos símbolos Cristãos espalhados.

Os paradoxos entre o poder e a liberdade fazem parte de todas as relações humanas, entre pai e filho, aluno e professor, chefe e empregado, líder e liderado. No Brasil, com uma sociedade altamente hierarquizada, podemos observar muitas das análises de Foucault, dessa forma, a literatura acadêmica torna-se de extrema importância para o mundo pragmático.

Percebemos a importância das minorias e a proteção dos pequenos grupos, pois, a hegemonia pode causar sérios danos à sociedade, impondo a tirania através da maioria.

Concluimos, então, que a análise sociológica é fundamental para entendermos o passado, construirmos o presente e projetarmos o futuro. Independente da teoria, da doutrina ou do pensador, o que todos buscam é um mundo mais justo e melhor.

### **Referências Bibliográficas**

**CALDAS**, Miguel P., **WOOD** Jr., Thomaz (1996). Para inglês ver: importação de tecnologia gerencial no Brasil. In: *Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira*. P. 31. São Paulo: Atlas.

**CHAIA**, Miguel W. A natureza da política em Shakespeare e Maquiavel. *Revista de Estudos Avançados*, jan-abr/1995, Editora Instituto de Estudos Avançados, USP, São Paulo, 1995.

**FOUCAULT**, M. *Microfísica do poder*, Graal, RJ, 1999.

**HOBBS**, T. *Leviatã*, Abril Cultural, SP, 1973.

**LA BOÉTIE**, E. de. *Discurso da servidão voluntária*, Brasiliense, SP, 1987.

**LOCKE**, J. *Segundo tratado sobre o governo*. Abril Cultural, SP, 1978.

**LUTERO E CALVINO**, *Sobre a autoridade secular*. Pág. 10, Martins Fontes, São Paulo, 1995.

**MAQUIAVEL**, N. *O Príncipe, comentários de Napoleão Bonaparte*. 18ª Ed, Ed. Hemus, Curitiba, 2002.

**MARX**, K. *O capital (trechos)*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

**NOGUEIRA**, Arnaldo Mazzei. *Teoria geral da administração para o século XXI*. Ed. Ática, p. 251:252. São Paulo, 2007.

**SANTO AGOSTINHO**, *Confissões*, Vozes, Petrópolis, 1992.

**SARTRE**, J. P. *O ser e o nada – ensaio de ontologia fenomenológica*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.

**SECONDANT**, Charles-Louis de, Barão de Montesquieu: Espírito das Leis. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996.

**SHAKESPEARE**, W. A Tempestade. Ed. Martin Claret. Ato I, Cena II, São Paulo, 2005.

**SILVA**, K. V, **SILVA**, M. H. Dicionário de conceitos históricos. Ed. Contexto, São Paulo, 2008.

**STUART MILL**, J. Sobre a liberdade, Vozes, Petrópolis, 1991.

**TOCQUEVILLE**, A. de. A democracia na América. Ed. USP e Itatiaia, SP, 1977.

**VIANNA**, A. M. Estudo Introdutório as 95 Teses de Martinho Lutero. Revista eletrônica Espaço Acadêmico, nº 34, março de 2004.

**WIKIPEDIA**, **GOOGLE**. Artigo “Império Romano”. Acesso em 27 de janeiro de 2010.

---

<sup>i</sup> **CONTI**, Diego. Os paradoxos entre o poder e a liberdade: Da autoridade eclesiástica a sociedade moderna. São Paulo, Jan. 2010.